



ATOS OFICIAIS

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Com o objetivo de disseminar a informação jurídica, encaminhamos abaixo os Atos Oficiais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, indexados pela equipe da Biblioteca do TJ/EMERJ e publicados no dia 11 de dezembro de 2023, no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro – [DJERJ](#).

Conheça outros Atos do PJERJ: Provimentos, Resoluções etc., que estão disponibilizados no site do Tribunal de Justiça: www.tjrj.jus.br, em: [Consultas](#) > [Legislação](#) > [Atos Oficiais do PJERJ](#).

Os Boletins do Serviço de Referência Bibliográfica e Atendimento ao Usuário estão disponíveis na página da Biblioteca no endereço eletrônico: www.emerj.tjrj.jus.br > [Biblioteca](#) > [Produtos](#) > [Boletins dos Atos Oficiais do PJERJ](#).

Ato Oficial	Data de Publicação	Ementa
ATO EXECUTIVO TJ 125/2021	11/12	Institui a Comissão para dirimir dúvidas decorrentes da decisão prolatada pelo Conselho da Magistratura nos autos originados pelo processo SEI nº 2019-0611352, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Texto Consolidado. DJERJ, ADM, n. 64, p. 10.
ATO EXECUTIVO TJ 247/2023	11/12	Declara vago o Serviço do RCPN do 2º Subdistrito do 1º Distrito da Comarca de Campos dos Goytacazes. DJERJ, ADM, n. 64, p. 7.
ATO EXECUTIVO TJ 248/2023	11/12	Declara vago o Serviço do RCPN do 1º Distrito (6ª Zona Judiciária) da Comarca de Niterói. DJERJ, ADM, n. 64, p. 8.
ATO EXECUTIVO TJ 249/2023	11/12	Dispõe sobre os procedimentos para Exercícios Simulados de Abandono de Área ministrados pela SGSEI-DESEP-DICIN aos magistrados, servidores e funcionários dos Fóruns do Judiciário. DJERJ, ADM, n. 64, p. 8.

<p align="center"><u>ATO EXECUTIVO TJ 250/2023</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Altera o Ato Executivo nº 125/2021 que instituiu a Comissão para dirimir dúvidas decorrentes da decisão prolatada pelo Conselho da Magistratura nos autos originados pelo processo SEI nº 2019-0611352.</p> <p>DJERJ, ADM, n. 64, p. 9.</p>
<p align="center"><u>ATO EXECUTIVO TJ 251/2023</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Altera o Ato Executivo nº 1165/2013, que instituiu a Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais (COJES) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>DJERJ, ADM, n. 64, p. 11.</p>
<p align="center"><u>ATO EXECUTIVO TJ 1165/2013</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Institui a Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais - COJES do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Texto Consolidado. DJERJ, ADM, n. 64, p. 11.</p>
<p align="center"><u>AVISO CGJ 688/2023</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Comunica o procedimento para o recebimento de Cartas Precatórias e de Ordem no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Piauí.</p> <p>DJERJ, ADM, n. 64, p. 51.</p>
<p align="center"><u>AVISO TJ 312/2023</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Avisa que o Egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, no julgamento do pedido principal na Representação de Inconstitucionalidade nº 0092721-97.2022.8.19.0000, em sessão realizada no dia 31/07/2023, por unanimidade de votos, acolheu a representação para declarar a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.979, de 17 de agosto de 2022, do Município de Paraíba do Sul, com efeitos ex tunc.</p> <p>DJERJ, ADM, n. 64, p. 2.</p>
<p align="center"><u>AVISO TJ 313/2023</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Avisa que o Egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, no julgamento do pedido principal na Representação de Inconstitucionalidade nº 0072314-70.2022.8.19.0000, em sessão realizada no dia 27/03/2023, por unanimidade de votos, acolheu parcialmente a representação para declarar a inconstitucionalidade da Emenda parlamentar aditiva nº 3 e, conseqüentemente, os §1º, §2º e §3º do art. 6º e da Emenda parlamentar aditiva nº 4, referente aos §3º, §4º e §9º do art. 56, art. 57, caput, e inciso II e §1º e §4º do art. 59 da Lei Municipal nº 2.727/2022 de Rio das Ostras.</p> <p>DJERJ, ADM, n. 64, p. 2.</p>

<p align="center"><u>AVISO TJ 314/2023</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Avisa que o Egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, no julgamento do pedido principal na Representação de Inconstitucionalidade nº 0024679-59.2023.8.19.0000, em sessão realizada no dia 14/08/2023, por unanimidade de votos, rejeitou a representação de inconstitucionalidade relativa à Lei municipal nº 4.865, de 02 de julho de 2008, do Município do Rio de Janeiro.</p> <p>DJERJ, ADM, n. 64, p. 3.</p>
<p align="center"><u>AVISO TJ 315/2023</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Avisa que o Egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, no julgamento do pedido principal na Representação de Inconstitucionalidade nº 0021720-52.2022.8.19.0000, em sessão realizada no dia 03/07/2023, por maioria de votos, rejeitou a representação de inconstitucionalidade relativa à Lei nº 2.591 de 2021, do Município de Rio das Ostras.</p> <p>DJERJ, ADM, n. 64, p. 3.</p>
<p align="center"><u>AVISO TJ 316/2023</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Avisa que o Egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, no julgamento do pedido principal na Representação de Inconstitucionalidade nº 0057545-62.2019.8.19.0000, em sessão realizada no dia 17/08/2020, por unanimidade de votos, acolheu a representação para declarar a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3015 do ano 2000, do Município do Rio de Janeiro.</p> <p>DJERJ, ADM, n. 64, p. 3.</p>
<p align="center"><u>AVISO TJ 317/2023</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Avisa que o Egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, no julgamento do pedido principal na Representação de Inconstitucionalidade nº 0073916-96.2022.8.19.0000, em sessão realizada no dia 06/03/2023, por unanimidade de votos, acolheu a representação para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 3.636, de 06 de setembro de 2022, do Município Barra do Piraí, com efeitos ex tunc.</p> <p>DJERJ, ADM, n. 64, p. 4.</p>
<p align="center"><u>AVISO TJ 318/2023</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Avisa que o Egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, no julgamento do pedido principal na Representação de Inconstitucionalidade nº 0095950-02.2021.8.19.0000, em sessão realizada no dia 24/07/2023, por unanimidade de votos, acolheu parcialmente a representação para declarar a inconstitucionalidade do artigo 1º, da Lei Municipal nº 2.471, de 25 de junho de 2021, do Município de Rio das Ostras.</p> <p>DJERJ, ADM, n. 64, p. 4.</p>

<p align="center"><u>AVISO TJ 319/2023</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Avisa que o Egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, no julgamento do pedido principal na Representação de Inconstitucionalidade nº 0018273-56.2022.8.19.0000, em sessão realizada no dia 03/07/2023, por unanimidade de votos, acolheu a representação para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 5.815, de 02 de julho de 2021, do Município de Volta Redonda.</p> <p>DJERJ, ADM, n. 64, p. 4.</p>
<p align="center"><u>AVISO TJ 320/2023</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Avisa que o Egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, no julgamento do pedido principal na Representação de Inconstitucionalidade nº 0050119-91.2022.8.19.0000, em sessão realizada no dia 17/07/2023, por unanimidade de votos, acolheu a representação para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 3.607/2022, do Município de Barra do Piraí, com efeitos ex tunc.</p> <p>DJERJ, ADM, n. 64, p. 5.</p>
<p align="center"><u>AVISO TJ 321/2023</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Avisa que o Egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, no julgamento do pedido principal na Representação de Inconstitucionalidade nº 0083180-40.2022.8.19.0000, em sessão realizada no dia 17/07/2023, por unanimidade de votos, rejeitou a representação de inconstitucionalidade relativa à Lei nº 3657 do ano 2022, do Município de Barra do Piraí.</p> <p>DJERJ, ADM, n. 64, p. 5.</p>
<p align="center"><u>AVISO TJ 322/2023</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Avisa que o Egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, no julgamento do pedido principal na Representação de Inconstitucionalidade nº 0002375-03.2022.8.19.0000, em sessão realizada no dia 18/07/2022, por unanimidade de votos, acolheu a representação para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 6249 do ano de 2017, do Município do Rio de Janeiro.</p> <p>DJERJ, ADM, n. 64, p. 5.</p>
<p align="center"><u>AVISO TJ 323/2023</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Avisa que o Egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, no julgamento do pedido principal na Representação de Inconstitucionalidade nº 0000338-42.2018.8.19.0000, em sessão realizada no dia 30/07/2018, por unanimidade de votos, acolheu a representação para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 7372 do ano 2016, do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>DJERJ, ADM, n. 64, p. 6.</p>

<p align="center"><u>AVISO TJ 324/2023</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Avisa que o Egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, no julgamento do pedido principal na Representação de Inconstitucionalidade nº 0031797-57.2021.8.19.0000, em sessão realizada no dia 03/07/2023, por unanimidade de votos, acolheu a representação para declarar a inconstitucionalidade do Decreto Legislativo nº 36/2021, do Município de Cabo Frio, com efeitos ex tunc.</p> <p>DJERJ, ADM, n. 64, p. 6.</p>
<p align="center"><u>AVISO TJ 325/2023</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Avisa que o Egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, no julgamento do pedido principal na Representação de Inconstitucionalidade nº 0059817-34.2016.8.19.0000, em sessão realizada no dia 20/05/2019, por maioria de votos, acolheu a representação para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 6.055/2016, do Município do Rio de Janeiro.</p> <p>DJERJ, ADM, n. 64, p. 6.</p>
<p align="center"><u>AVISO TJ 326/2023</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Avisa que o Egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, no julgamento do pedido principal na Representação de Inconstitucionalidade nº 0088713-14.2021.8.19.0000, em sessão realizada no dia 21/11/2022, por unanimidade de votos, rejeitou a representação de inconstitucionalidade relativa à Lei nº 2497 de 2021, do Município de Rio das Ostras.</p> <p>DJERJ, ADM, n. 64, p. 7.</p>
<p align="center"><u>PORTARIA MI TJ 1772/2023</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Resolve designar os juízes de direito em exercício nas varas mencionadas para, no período de 07 a 31 de janeiro de 2024, conhecerem dos pedidos de medidas de caráter urgente.</p> <p>DJERJ, ADM, n. 64, p. 16.</p>
<p align="center"><u>PORTARIA MI TJ 1773/2023</u></p>	<p align="center">11/12</p>	<p>Resolve designar os juízes de direito em exercício nas varas mencionadas para, no período de 07 a 31 de janeiro de 2024, conhecerem dos pedidos de medidas de caráter urgente, tendo em vista o feriado municipal.</p> <p>DJERJ, ADM, n. 64, p. 17.</p>

PROVIMENTO CGJ 63/2023

11/12

Dispõe sobre a atuação das Centrais de Cumprimento de Mandados, dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores e dos Oficiais de Justiça Avaliadores, e define as suas relações com as Serventias Judiciais no período do recesso forense, compreendido entre os dias 20 de dezembro de 2023 e 06 de janeiro de 2024, e dá outras providências.

DJERJ, ADM, n. 64, p. 46.

Caso a íntegra de algum Ato não esteja disponível, favor contatar o endereço eletrônico: emerj.seind@tjrj.jus.br



Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

Departamento de Ensino

Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Rua Dom Manuel, 37, térreo - Tels.: 3133-6554/3133-6562

e-mail: emerj.seind@tjrj.jus.br